

ARTIGO LIVRE

Modistas francesas de civilizadas a luxuosas exacerbadas:

como processos políticos modificaram a forma de perceber as imigrantes (1815-1832)

French Women dressmakers from civilized to exaggerated luxurious: how political processes modified the way of see the immigrants (1815-1832)

LAURA JUNQUEIRA DE MELLO REIS
Doutoranda em história política na UERJ.
laurajunqueiramreis@gmail.com

RESUMO: Nesse artigo buscamos compreender a vinda de modistas francesas para o Rio de Janeiro a partir de 1815, quando as relações entre França e Portugal foram reestabelecidas, entendendo-as como mulheres imigrantes. Nesse sentido, investigamos a maneira como elas foram recebidas, em um primeiro momento, como portadoras de uma civilidade que o Brasil buscava alcançar e, posteriormente, após uma série de acontecimentos políticos que determinaram o rumo do país, como o próprio processo de independência, de que forma a presença dessas mulheres passou a ser vista sob uma outra perspectiva, considerando-as inoportunas e incômodas, com base em um sentimento patriótico que tomara parte do país.

PALAVRAS-CHAVE: Francesas, Imigração, Processos Políticos.

ABSTRACT: In this paper we seek to understand the coming of French dressmakers to Rio de Janeiro from 1815 on, when the relations between France and Portugal were re-established, understanding them as immigrant women. In this sense, we investigate how they were received, at first, as carriers of a civility that Brazil sought to achieve and, later, after a series of political events that determined the course of the country, such as the independence process itself, the presence of these women began to be seen under a different perspective, considering them inopportune and troublesome, based on a patriotic feeling that took part of the country.

KEYWORDS: French Women, Immigration, Political Processes.

Introdução

No inverno de 1816 Anne e Josephine Durocher desembarcaram no Brasil. Duas francesas, mãe e filha, respectivamente, vindas do porto de Anvers, aportaram no Rio de Janeiro no dia 08 de agosto desse ano (DUROCHER, 1871). Alguns meses antes seus conterrâneos da colônia de artistas franceses também desembarcaram no Rio de Janeiro, a hoje muito rememorada como Missão Artística Francesa.

Ainda que nascidos no mesmo país, esses franceses não compartilhavam muitas semelhanças; com exceção a nacionalidade, a língua e a imigração para o Brasil no começo do século XIX. Os artistas da Missão Francesa faziam parte de um nobre grupo ligado a Napoleão Bonaparte que, após a queda do mesmo, se viram obrigados a migrar para um local onde fossem bem recebidos e pudessem oferecer seus trabalhos. Debret, os irmãos Taunay, Grandjean, são apenas alguns nomes daqueles homens que chegaram em março de 1816. (TAUNAY, 1983).

Enquanto Anne e Josephine, com poucos registros nos arquivos históricos franceses, faziam parte do grupo de gente comum que inspiradas pelo fluxo migratório característicos dos anos iniciais do século XIX decidiram imigrar para então colônia portuguesa na América, o Brasil. Após 1808 e a decisão de D. João VI de abrir os portos às nações amigas o Brasil passou a receber uma leva muito maior de imigrantes que nos anos anteriores, mas é a partir de 1815, com a já mencionada queda de Napoleão, que os franceses passaram a entrar em maior quantidade ao território que se tornaria brasileiro.¹ Com a monarquia restaurada na França, na então Restauração Bourbon, as relações entre Portugal e França foram reestabelecidas, por consequência, o fluxo de franceses no Brasil se ampliou.

É exatamente na condição ordinária citada anteriormente que reside a diferença entre as francesas Durocher e os franceses da Missão Artística. Além de homens que possuíam notoriedade, os artistas vieram para o Brasil impulsionados pelo Estado, não sendo suas vindas resultados de ações individuais, diferentemente de Anne e Josephine; o que modifica por completo o critério de caracterização desses processos migratórios. Para mais, os artistas recebiam a soma de 8:032\$000 por um contrato de seis anos (BRASIL, 1890, p. 77-78); apenas Joachim Lebreton, chefe francês da Missão Artística, ganhava um conto e seiscentos mil

réis anuais, o que equivalia a dez mil francos. (TAUNAY, 1983, p. 69). Valores extremamente distantes dos recebidos por uma modista no Brasil.

Entretanto, Anne e Josephine, ainda que em situações muito díspares dos artistas da Missão Francesa, também são impulsionadas a migrarem em busca de uma melhoria em sua qualidade de vida e, consequentemente, motivadas por uma ambição referente ao universo do trabalho. Sayad (1999) destaca em suas pesquisas que é necessário compreendermos o quanto as ações migratórias são motivadas pela possibilidade de trabalho; isto é, na tentativa de entender o que encoraja um sujeito a imigrar é primordial que levemos em consideração a necessidade de trabalho interligada a esse desejo de migração. Logo, a vontade é individual, mas incitada por um contexto que é coletivo. Assim, é fácil pensarmos que em uma França que vivia complexas situações políticas a saída do país tornara-se uma alternativa plausível na procura de uma vida mais estável.

À vista disso, é importante frisar que corroboramos com a afirmação de Herbert Klein ao momento em que este conclui: “a migração, portanto, não começa até que as pessoas descubram que não conseguirão sobreviver com seus meios tradicionais em suas comunidades de origem.” (2000, p. 13). Anne e Josephine Durocher são apenas um dos primeiros exemplos de uma rede de franceses que se estruturaria no Brasil “mais pelo comércio do que pela ação, por exemplo, diplomática.” (MOREL, 2003, p. 37).

Nesse sentido, mãe e filha estabeleceram-se no Rio de Janeiro. Anne Durocher conseguiu, apenas após um ano de sua chegada ao Brasil, abrir um estabelecimento de modas na rua dos Ourives, em um endereço próximo a renomada rua do Ouvidor. Frisamos, entretanto, que Durocher não inaugurou tal comércio sozinha, possuindo sociedade com negociante francês L. N. Dufrayer. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1821, ed. 0700018, p. 05). L. N. Dufrayer já constava entre os negociantes franceses no Brasil no Almanaque da cidade desde 1817 (ALMANAQUE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1817, n.p.), ano em que a loja de Anne é aberta.

Não temos muitos registros da história de Durocher com Dufrayer, contudo é fato que a modista francesa rapidamente conseguiu se estabelecer no país que escolheu para morar. Talvez por isso Josephine, sua filha, se considerava, desde cedo, uma “brasileirinha completa”, como afirmou em suas próprias palavras. Ou talvez Anne e Josephine tenham,

verdadeiramente, se adaptado bem ao calor do Brasil, já que haviam sido, além de tudo, muito bem recebidas na terra que Josephine considerava “boa e hospitaleira”. No mais, Josephine declarou que não havia muitos estrangeiros na época – considerando que faziam poucos anos que os portos tinham sido abertos às nações amigas é de se imaginar que, efetivamente, não haveria muitos estrangeiros no Brasil em anos finais da década de 1810² – e que por isso fizeram logo amizade com os “nacionais”³:

Vê-se que a escassez de estrangeiros obrigou minha mãe a relacionar-se com famílias do país, o que se não poderia dar, sem que adquirisse conhecimentos e ganhasse camaradinhas, e que em pouco tempo estivesse ao fato do viver interior das famílias, ficando eu mesma uma brasileirinha completa. (DUROCHER, 1871, p. 7).

No trecho transcrito acima Durocher demarcou a “escassez de estrangeiros” nesse período; mas, em seguida, em trecho não transcrito, destacou a presença de algumas francesas, alemãs e inglesas. Com loja na rua dos Ourives Anne tinha como vizinhos alguns outros imigrantes que, uma vez no Brasil, possuíam estabelecimentos no campo da moda, como o francês Sr. Dummont, ourives e as Sras. Dummont, modistas que eram donos de uma loja na rua da Alfândega (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 1817, ed.26, p. 04); o francês Sr. Catelino, cabeleireiro e sua consorte modista abriram um estabelecimento na rua do Rosário (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 1817, ed.11, p. 04), que três anos depois, em 1820, seria transferido para a rua do Ouvidor (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 1820, ed. 105, p. 4); havia ainda a loja de uma “modista francesa” cujo nome não é identificado e que situava seu estabelecimento na rua dos Ourives, entre a rua do Rosário e do Ouvidor (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 1819, ed.20, p. 04).

Na figura abaixo podemos verificar a proximidade de tais ruas citadas anteriormente. O mapa traz uma parte do centro do Rio de Janeiro em meados de 1817.

Figura 1: Mapa de área central do Rio de Janeiro em 1817.⁴

Fonte: <https://www.imaginerio.org/pt/map>. Acesso em 04/11/2021.

A partir da localização da loja de Anne podemos formular algumas hipóteses a respeito dessa modista francesa. Primeiro que seu estabelecimento ficava bem localizado, no centro do Rio de Janeiro, em posição estratégica no que se refere a circunscrição dos demais comércios; entretanto não se encontrava na rua do Ouvidor, rua principal que concentrava grande parte lojas de moda. Considerando que as ruas da Cidade – Corte eram cenas de poder, conforme afirmado por Morel (2005, p. 166), entendemos que Anne estava inserida no comércio da moda, mas não tinha poder suficiente para integrar a rede comercial disposta ao longo da rua do Ouvidor; conforme outras modistas francesas viriam a ter no decorrer do Oitocentos.

Contudo, em 1821 a sociedade de Anne com Dufrayer foi desfeita (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1821, ed. 0700018, p. 05); ainda assim a francesa não desistiu do seu negócio, permanecendo com ele até sua morte, em 1829. Josephine continuou o comércio de sua mãe, mas, rapidamente, em princípios da década seguinte, desistiu do estabelecimento e começou a dedicar-se aos estudos para tornar-se parteira. Em virtude das boas relações que sua mãe construiu enquanto proprietária

de uma Casa de Moda francesa no Brasil, Josephine afirmou que desde cedo frequentava sociedades para “além da numerosíssima freguesia de minha mãe.” (DUROCHER, 1871).

Devido à escassez de fontes sobre as Casas de Moda e as modistas francesas no Brasil, o relato autobiográfico de Josephine Durocher é um dos poucos que nos permite alcançar uma série de acontecimentos do princípio do século XIX sobre mulheres como sua mãe, Anne. Mulheres que constituíram uma importante rede no campo do comércio de moda nos anos finais do Brasil enquanto colônia e no período inicial do Império; época em que o Brasil parecia uma excelente oportunidade de destino migratório para mulheres francesas. Posto que, a esse tempo, o Brasil sofria uma sucessão de mudanças e mostrava-se aberto à chegada de estrangeiros.

Com a chegada da família real portuguesa no Brasil, retirando-se de uma crise europeia proveniente dos projetos expansionistas de Napoleão Bonaparte, esse território Américo-português que em breve conquistaria sua independência em um processo árduo, conforme explicado por alguns autores (NEVES, 2003. RIBEIRO, 2002), sofreu intensas transformações. Tais modificações podem ser percebidas em diversos âmbitos: através de uma perspectiva cultural, social, econômica e política, ou seja, uma mudança que alterou completamente as relações entre os que aqui habitavam e os imigrantes desembarcados à época.

Na busca para civilizar esse local e torná-lo habitável para a corte portuguesa e seus próximos, as renovações que ocorreram no domínio social e cultural se mostraram extremamente profundas. Ares de civilidade passaram a constar no cenário da corte. Com isso, os hábitos presentes no Rio de Janeiro não poderiam permanecer os mesmos, logo, tais transformações passaram pelo campo da moda (SILVA, 1973). O Rio de Janeiro era, portanto, uma localidade que, de fato, ofereceria oportunidade para aqueles que trariam um certo refinamento.

Nesse seguimento, a França se mostrava ao mundo como o ideal de civilidade e ilustração; no campo da moda isso não seria diferente. A indumentária francesa – incluindo o próprio vestuário e adornos – era a fonte de inspiração para a moda que começava a dar os primeiros passos no Brasil ainda colonial. Logo, as modistas francesas que aqui chegavam, nesse ínterim entre 1815 e 1830, sabiam utilizar dessa influência em benefício próprio. São numerosos os anúncios que encontramos na imprensa onde era frisado frases como: “modista francesa”, “modista recém chegada da França” “Mme. Francesa”, entre outras configurações.

As modistas francesas inserem-se, portanto, nessa configuração social como *sujeitas* responsáveis por trazerem do país civilizado formas de vestir-se que se equiparavam àquelas que carregavam a então alcuinha de ilustradas, ou seja, as francesas (RAINHO, 2002). Assim, o papel social das modistas e das indumentárias e adornos que produziam e vendiam é crucial para o desenvolvimento da sociedade brasileira em princípios do século XIX, através do vestuário as mulheres brasileiras transmitiam a imagem que estariam, finalmente, civilizadas e ilustradas, conforme as mulheres francófonas.

Além disso, as modistas também atendiam aquele público europeu que havia se mudado para o Brasil, mulheres de uma elite econômica que necessitavam de serviços e produtos disponibilizados pelas francesas (CHATAIGNIER, 2010). Com o passar dos anos a moda dita “feminina”¹⁵ volta-se cada vez mais para a França e muitas novidades ocupavam as diversas seções de moda que vão surgindo nos mais variados periódicos voltados para as mulheres. O *Espelho Diamantino*, por exemplo, jornal que circulou na corte entre 1827 – 1828, afirmava que a moda vinha da França e criticava as senhoras que ousavam ter “trabalho de cabeça em pensar coisas novas” (ESPELHO DIAMANTINO, 1827, ed. 3, p. 14).

O modelo dominante utilizado no Rio de Janeiro de então era o chamado vestido Império. De acordo com Gilda Chataignier as principais características desse modelo eram “a cintura alta cortada sob o busto, o decote generoso e as mangas fofas e curtas. O tecido mais utilizado para as ocasiões festivas era fino e quase transparente, possivelmente musselina de seda pura.” (2010, p. 77). Modelo criado justamente por Josefina de Beauharnais, esposa de Napoleão I, responsável por invadir Portugal e fazer com que a corte transmigrasse para a sua colônia na América. Certamente, as modistas francesas produziram nesse período uma centena de vestidos nesse molde, adaptando-o ao clima quando necessário, conforme muito mencionado nas mais diversas seções de moda dos periódicos do período.

Ainda segundo Chataignier as modistas poderiam ser “reconhecidas como as pioneiras na moda carioca, com funções múltiplas e apropriadas à delicadeza do ofício” (2010, p. 94). A autora referiu-se aqui as modistas do final do século XIX, entretanto, fazemos uma referência a habilidade das mulheres que ocupavam-se em ofícios relacionados ao universo da costura nos primórdios oitocentistas; essa reflexão se mostra ainda mais contundente quando compreendemos que essas modis-

tas foram, em parte, mestras da geração posterior de modistas, grupo ao qual Chataignier se refere.

Defendemos que as modistas francesas possuíam, portanto, um capital simbólico no campo da moda (BOURDIEU, 1989) e sabiam valer-se disso ao seu favor. À vista disso, não é à toa que Anne Durocher possuísse boas relações na corte, o que fazia com que sua filha estivesse inserida em importantes meios sociais. As modistas francesas estavam, portanto, introduzidas em espaços sociais por consequência da civilidade que representavam e que era aspirada por aqui.

Entender a moda como um campo de pesquisas é muito mais do que compreender a indumentária em si, conforme ressalta Daniela Calanca em *História Social da Moda* (2011), mas compreender todo o aspecto social, econômico, político e cultural que está por trás do uso de determinado vestuário ou da produção de determinadas peças. Logo, esse trabalho insere-se no campo da moda ao buscar compreender como as modistas francesas, peças fundamentais para a estruturação da moda no Brasil oitocentista, sentiam-se e eram bem aceitas ou não a depender da situação política do momento.

“O bem que nos tem feito os modernos estrangeiros”

A década de 1820 é marcada por um acontecimento crucial para a história do Brasil: a independência. A historiografia que se atenta em analisar esse período se preocupa em demonstrar que foi um processo de muitas disputas políticas entre os mais diversos grupos que resultou na então independência brasileira em relação a Portugal (NEVES, 2003).

A política migratória de D. Pedro I pós independência por mais que incentivasse a vinda de imigrantes, ainda mais daqueles que poderiam contribuir para embranquecer mais o país e dedicar-se aos trabalhos cuja mão de obra era, quase sempre, realizada por escravizados, tornara-se cada vez mais controladora na busca de inspecionar os estrangeiros e impedir qualquer tipo de revolução e/ou pensamentos revolucionários que pudessem influenciar negativamente o novo país que estava ainda dando seus primeiros passos (RIBEIRO, 1997).⁶ Ao longo da década de 1820, com os conflitos políticos que acometiam Portugal pós a morte de D. João VI (1826), o governo de D. Pedro I começava a enfren-

tar problemas e estruturava-se o prelúdio de sentimentos xenofóbicos em relação aos estrangeiros.

No entanto, é em razão dessas medidas de proteção, a partir de um controle mais rígido do Estado, que temos uma significativa documentação sobre os imigrantes que entraram no Brasil naquele momento; por isso os arquivos de Polícia da Corte nos permitem verificar que muitas francesas aportaram por aqui em meados da década de 1820. Nos formulários dispostos pela Polícia da Corte, onde eram demandadas uma série de questionamentos e deveria ser preenchido pelos imigrantes que haviam entrado recentemente no país, muitas delas se denominavam, quando perguntadas sobre suas profissões, como modistas.⁷

A vista disso, os registros dessa série documental nos permitem analisar os dados de algumas francesas recentemente chegadas no Brasil. Mme. Valais, por exemplo, chegou ao Rio de Janeiro em 1824 partindo do porto de Havre de Grace e se intitulou *modista* (BR RJANRIO 0E.COD.0.416, v. 01/18, f.016). Em 1825 instalou em uma Casa de modas na rua do Ouvidor:

Madama Valais e Comp., participa ao público, que tem na sua casa rua do Ouvidor nº80 e 90, um grande sortimento de vasos de porcelana francesa, com novas figuras de pintura, chapéus de palha da Itália, superfinos, tiras bordadas, e outras qualidades de fazendas francesas, tudo de um preço muito cômodo. (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1825, ed. 1100011, p.2).

Muitas outras mulheres francesas desembarcam na corte nesse período. Como Mme. Gaubert que teve seu registro inscrito na Polícia da Corte em 1824 (BR RJANRIO 0E.COD.0.416, v.01/20, f.016) e sua loja anunciada no *Diário do Rio de Janeiro* no mesmo ano:

Mmes. Gaubert, Cremère & Comp., costureiras modistas de Paris, rua do Ouvidor nº156 tem a honra de participar as senhoras brasileiras que elas fazem chapéus, toucados, vestidos, coletes, corpinhos e trajes de baile & ao mais moderno gosto de Paris; também se encarregam de encomendas para o interior. (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1824, ed. 1100015, p. 03).

Tal proximidade nas datas em que Gaubert e Valais foram registradas e seus respectivos anúncios publicados no *Diário do Rio de Janeiro*

nos fazem questionar se ambas já não residiam na corte e se apresentaram à polícia apenas quando necessário, sendo uma condição direta para a abertura de seus estabelecimentos. Considerando que ainda que fosse ordem que os passageiros dos navios recém aportados fossem registrados rapidamente em muitos casos não era o que acontecia; sendo muitos registros incluídos em datas posteriores.

Algumas dessas francesas que chegaram em meados de 1820 regressaram à Europa na década seguinte como é o caso de Adelaide Josephine Francisca Wirt que, em 1832, embarcou com destino a Antuérpia (BR RJANRIO OE.COD.0.423, v 6/f.117A). Como Anvers era um porto movimentado nesse período, muito possivelmente Adelaide Wirt embarcaria, em data posterior, para a França.

Teria Adelaide Josephine Wirt decidido retornar ao seu país de origem pós Revolução de julho e a queda da Monarquia Bourbon? Levando em consideração a perspectiva de Klein (2000) poderíamos refletir a respeito dessa hipótese ser verdadeira já que, para esse autor, com raras exceções, a maioria dos imigrantes, se pudessem, permaneceriam em seus países de origem. Assim, a chegada de francesas na década de 1820 e o retorno no decênio posterior nos provocou tais questionamentos, contudo esse é um ponto para ser debatido em outro artigo.

Outras francesas retornaram à Europa, mas voltavam logo ao Brasil. Josephine Dutet, a título de exemplo, tem o registro de seu regresso à Europa em 1826, com destino ao porto de Havre de Grace (BR RJANRIO OE.COD.0.423, v.3/f.226B); mas em 1831 foi anunciada como uma das compradoras da Casa de Modas e Fazendas francesas de J. J. Brouke:

J. J. Brouke, participa ao respeitável público que é datar do dia 06 de janeiro o armazém de modas e fazendas francesas, que tinha na rua do Cano nº20, pertence por venda que fez as Sras. Josephine e Marthe Dutet e Comp, e que ele fica somente com a sua casa de consignação de navios na mesma rua e casa.

Todas apostaram em um Brasil que abriu os braços para a civilidade e ilustração francesa, cujas figuras eram representativas. E elas, formando redes de sociabilidade entre os estrangeiros, sabiam – ou ao menos imaginavam – que poderia dar certo se arriscar nessa empreitada. Josephine Durocher nos mostrou, em seu relato, que havia a necessidade de estabelecer uma rede, não à toa sua mãe e ela se uniram a “famílias do

país”, na ausência de famílias estrangeiras. A rede desenvolvida entre os imigrantes era necessária em vários aspectos já que além de ser uma forma de acolhimento entre os estrangeiros era também um caminho para a inserção no mundo do trabalho de outro país.

Essa rede também é comprovada quando Durocher citou sua proximidade com Mme. Pipar e comentou que ela havia “sido hóspede em nossa casa”. Evidenciando uma relação em que o convívio foi registrado por uma hospedagem. Imaginamos Mme. Pipar chegando em uma terra estranha e se sentindo abrigada no momento em que pode contar com duas francesas a ponto de lhe acolherem em sua própria casa. Assim, nesse período as redes constituídas entre estrangeiros somada à boa receptividade dos brasileiros marcou a chegada dessas francesas.

Essa boa receptividade, demarcada até o momento, é modificada a partir dos anos finais de 1820 e princípio de 1830 quando as modistas francesas passaram a ser vistas com maus olhos por parte da imprensa fluminense. Nessa lógica, não encontramos, ao menos até 1829, críticas à presença das modistas estrangeiras, pelo contrário, identificamos relatos onde eram muito bem recebidas, incluindo publicações como a reproduzida a seguir. Em 1828, uma ode à presença das estrangeiras é publicada no *Espelho Diamantino*, um dos primeiros jornais a dispor de uma seção inteiramente dedicada à moda.

Diremos enfim em honra dos brasileiros, que a civilização essencial do Brasil é devido em primeiro lugar aos portugueses; e que a civilização acidental, ou assessoria é mais antiga que o estabelecimento das modistas na Rua do Ouvidor. Quando os estrangeiros começaram a vir com franqueza, trazendo-nos plumas, pomadas, essências das mais diversas flores, espartilhos próprios para matar crianças nas mulheres ocupadas, e para darem breve ética às meninas; as Senhoras apareciam ornadas não com atavios puramente ideais; mas com brilhantes, e até nos sapatos usavam de biqueiras de ouro lavado: os veludos, as sedas da Itália etc. etc., andavam de rastos. Dirá o correspondente, que isso nem era moda, era gosto; eu responderei que era riqueza sólida; a moda que não voava com o vento, que não expunha uma senhora aparecer descomposta nas ruas públicas. Assim tornassem essas modas; elas inculcavam riqueza Nacional: e hoje... confessaremos em outro artigo o bem que nos tem feito os modernos estrangeiros depois de

1820 até hoje, porque também é inegável que eles tem feito bens reais não só vulgarizando a sua língua por entre as mesmas senhoras brasileiras; como adiantando, e aperfeiçoando a indústria e as Artes Nacionais. (ESPELHO DIAMANTINO, 1828, ed. 09, p. 11).

Vemos então que no *Espelho Diamantino* houve uma certa glamorização dos portugueses presentes no Brasil, considerando que com eles teria chegado à civilização que seria, então, essencial ao país. Além disso, o trecho destacado evidenciou que “os modernos estrangeiros” teriam “aperfeiçoado a indústria e as Artes Nacionais” demarcando a aprovação em consonância a presença de estrangeiros no território brasileiro.

Em edição posterior afirmou que Portugal trouxe, além das sedas e tecidos para os lados americanos⁸, o gosto pela ciência e pela arte, característicos de um povo civilizado. De modo que também publicou um depoimento do francês M. Ferdinand Denis sobre a influência de M. M. Taunay na vinda de franceses para o Brasil e como eles se sentiam felizes de darem a primeira impulsão para o gosto de belas artes dos brasileiros⁹, trecho que retirara do livro *Resumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi de l'histoire littéraire du Brésil*, de autoria do próprio M. Ferdinand Denis. (ESPELHO DIAMANTINO, 1827, ed. 6, p. 16).

O periódico era de propriedade do famoso editor francês Pierre Plancher, e fora redigido por Júlio Floro das Palmeiras e, posteriormente, o Sr. Chevalier, possivelmente pseudônimos cujos donos não foram revelados. Plancher, que era também um estrangeiro no Brasil, era, além de tudo, um bonapartista que havia imigrado após a queda de Napoleão e encontrado por aqui, após alguns percalços, um espaço onde vivia bem e mantinha convenientes relações com D. Pedro I. Tendo estabelecido tal vínculo procurava não abordar muitas questões políticas contrárias ao governo, sendo acusado inclusive de caramuru, em virtude da escolha de se abster em assuntos de cunho político (MOREL, 2002).¹⁰ Assim, é justificável a perspectiva favorável aos estrangeiros, principalmente aos portugueses, que é declarada pelo periódico em questão.

Além disso, os produtos franceses também parecem ganhar mais espaço nessa época; mesmo no mercado consumidor brasileiro que até então era dominado por artigos ingleses devido ao baixo custo de impostos que eram colocados sobre eles, 16%; enquanto a mercadoria das demais localidades deveriam pagar um imposto de 24%.¹¹ Por exemplo, M. Imbet, um negociante francês, anunciou na *Gazeta do Rio de Janeiro*:

M. Imbert, negociante francês na rua do Ouvidor nº81, acaba de receber pelo último navio ultimamente chegado da França um grande sortimento de seda para vestidos de Senhora, leques ricos, e perfumes, fitas de todas qualidades, vestidos bordados de prata muito ricos, sapatos de todas as qualidades, e envernizados para homens e Senhora, chapéus e toucados feitos no armazém de Madame Mure primeira modista de Paris; e também um grande sortimento de porcelanas para chá e café, recebidos por preços muito diminutos. (1820, ed.18, p. 04)

O que, provavelmente, as francesas não esperavam é que as conturbadas crises políticas enfrentadas no Brasil poderiam atingir diretamente a maneira que eram vistas por alguns brasileiros; determinando assim que o campo do político influencia diretamente nas demais questões da vida em sociedade, difundindo-se entre os espaços públicos e privados, nos âmbitos culturais, sociais e econômicos. Fugindo das crises políticas francesas não encontraram na política brasileira qualquer tipo de estabilidade.

Considerando a perspectiva da história política tal como dimensionado por Pujol em: “una lectura política de una amplia variedad de fenómenos es necesario atender a la insoslayable dimensión política de la vida social.” (2006, p. 86).¹² Buscaremos, a seguir, entender como o contexto político pós independência modificou a forma como as modistas francesas foram vistas no Brasil.

“Destruidor, imoral e desproporcional com as circunstâncias e recursos do Brasil”

Entre 1822 e 1831, o Brasil vivera um momento politicamente conturbado, onde muitas variações de liberalismo e consequentes oposições encontravam-se em vigor; no mais, fora a época de consolidação desse Estado que recém tornara-se um país. De acordo com Morel, o recente país vivia uma tendência restauradora e para explicá-la bastava compreender que existia um “constitucionalismo que oscilava entre a negação do liberalismo ou sua aceitação, desde que com reforço do poder do monarca.” (2005, p. 134). E é desse período que tratamos nessa parte do artigo; buscamos, deste modo, compreender como os ideais

de nacionalismos reverberaram em posicionamentos xenofóbicos em relação a presença de mulheres francesas como trabalhadoras no campo da moda.¹³

A *Aurora Fluminense*, por exemplo, jornal redigido pelo moderado Evaristo da Veiga publicou artigos onde a crítica à presença das modistas francesas era amplamente manifestada. Tal periódico no período do Primeiro Reinado:

Se colocou como folha da oposição, combatendo as práticas absolutistas do governo, assim como todas as formas de opressão, costumes e ideias, ligadas a tal postura política. Contudo, também defende uma monarquia constitucional representativa com distinções sociais, sobretudo de direitos. (SILVA, 2012, p. 36).

No mais, de acordo com Morel (1994) a folha de Evaristo da Veiga se mostrava como uma defensora, sobretudo, de uma soberania nacional. Em 1829, a *Aurora Fluminense* recebeu uma correspondência que condenava a forma de circulação das folhas francesas no Brasil. Como solução, o autor, que preferiu permanecer no anonimato, defendeu que deveria ser feita uma tributação sob as lojas francesas instaladas no Brasil e, além disso, que esta deveria se dar de acordo com as possibilidades e os lucros obtidos, assim uma modista francesa pagaria mais imposto que uma costureira brasileira, por exemplo. Em suas palavras:

Era meu voto, visto que é preciso contentar os jornalistas gauleses, e acudir as necessidades do Estado, impor-se uma taxa de 400U a 1:000U anual sobre cada uma das lojas francesas estabelecidas nesta Capital, segundo as suas possibilidades, e lucros, que fazem. Por exemplo, a casa de um pobre vendedor de bonecos não pagaria tanto, como de uma modista brilhante, e afreguesada. Por este meio haveria o Tesouro uma soma perto de 200 contos de réis cada ano; ficariam contestes o Courier, e o Jornal do Comércio, e proteger-se-ia, segundo o modo de pensar dos nossos avós, que eram grandes economistas, administrados, e financeiros, a indústria nacional dos Bufarinheiros, costureiras e mercadores de moda. Assinado por: um admirador das folhas francesas no Rio de Janeiro. (AURORA FLUMINENSE, 1829, ed. 176, p. 04).

Percebemos no trecho destacado acima que o autor, insatisfeito com a proposta feita pelos periódicos franceses que circulavam na corte e o *Jornal do Comércio*, sugeriu uma forma de se tributar o comércio onde o lucro recebido pelos proprietários influenciaria diretamente no pagamento dos impostos; de forma que seria favorável ao comércio nacional e desfavorável às francesas, pelo menos no que se compete aos negócios no campo da moda. Utilizando uma linguagem irônica e assinando ao final como um “admirador das folhas francesas” o autor soube questionar a proposição dos tributos e argumentar uma alternativa que seria, portanto, benéfica para a indústria nacional. Percebemos assim, através da retórica escolhida, uma aclamação às produções brasileiras.

Mas as críticas ao comércio de moda estrangeira que dominava a rua do Ouvidor e seus entornos não cessou nesse trecho apontado anteriormente. Algumas edições depois, em texto onde um autor, também não identificado, condenava a falta de sabedoria do Estado em relação ao auxílio aos agricultores brasileiros em um possível fim da escravidão, censurou a maneira como o governo brasileiro deixou de lado questões primordiais para o Brasil, mesmo após a independência, para favorecer a presença de estrangeiros, tais como as modistas do Palais Royal. (AURORA FLUMINENSE, 1829, ed. 248). Além da crítica exposta em outra edição, cujo trecho dá nome ao subtítulo utilizado nessa seção do artigo, onde o jornal publicou que considerava os requintes trazidos pelos *baforinheiros*, modistas francesas e outros disseminadores de luxo “destruidor, imoral e desproporcional com as circunstâncias e recursos do Brasil.” (AURORA FLUMINENSE, 1830, ed. 303, p. 04).

No entanto, a *Aurora Fluminense* não foi o único jornal a condenar a presença de modistas francesas em território brasileiro. O periódico *O Simplício da Roça* também o fez.

Feliz do Rio de Janeiro quando não houver mais uma só dessas lojas de teteias, e na Rua do Ouvidor não se venderem se não livros, e enxadadas. Esse tempo não sei se eu terei a satisfação de ver, porque já vou sendo careca, mas me consolo com a ideia de que já a imigração das modistas vai principiando, e se quando eu der o último arranco, deixar só meia dúzia de tais lojas, irei para outra banda consoladíssimo, na esperança que meus netos acabarão com o resto dessa má plantação exótica, que não deixa vegetar, e crescer as plantas úteis, e nacionais(...) (SIMPLICIO DA ROÇA, 1832, ed. 15, p. 03)

Em meados da década de 1830, foi publicado no periódico o *Simplicio da Roça* o artigo cujo trecho destacamos acima, nem um pouco amigável em relação às modistas francesas que, nessa época, já dominavam a região central do Rio de Janeiro. A folha em questão era um jornal que compartilhava ideais do grupo tido como “exaltado” (GODOI, 2014), grupo esse que ambicionava a abdicação de D. Pedro I – ocorrida no ano anterior, em 1831 – e afamava a causa nacional. Não é inusitado, portanto, que o artigo em pauta tenha sido publicado nesse periódico.

O texto traz em si muitas alternativas de análise. De caráter repressor, antagônico às ideias de imigração e crítico a presença dessas mulheres, o autor não escondia no parágrafo seguinte como se sentia em relação aos processos migratórios que no período, ainda que não estivesse alcançado o auge que atingiria ao final do século, já era presença marcante na corte. Para o autor dessa publicação, que escolheu permanecer no anonimato, os imigrantes vinham “carregar nosso ouro, deixando-nos pobres e corrompendo os nossos costumes.”

Além disso, refere-se às modistas francesas como *teteias*. Ainda que os dicionários da época não formassem um significado para essa palavra que se tratava de uma expressão popular, sabemos que a palavra traz, em seu cerne, um caráter pejorativo. Possivelmente o uso da expressão *teteia* não foi sem propósito e está diretamente relacionado à característica moralizante que compõe todo texto apresentado.¹⁴

Outro jornal nos moldes do *Simplicio da Roça* que censurou as modistas francesas e o luxo exacerbado que elas “impunham” às brasileiras, foi *A Mulher do Simplicio*. De acordo com Constância Lima Duarte a alcunha *Simplicio* “tornou-se metáfora de uma imprensa que quer falar a linguagem comum e chegar a um público cada vez mais amplo.” (2017, p. 59). A redação dessa folha não era identificada, ainda que assinasse como “a autora” ou “da redatora” não é possível ter certeza que foi redigida por uma mulher, podendo ser apenas uma estratégia de venda de Paula Brito, editor do jornal (DUARTE, 2017). Paula Brito nessa época se afirmou como um exaltado, no entanto jogava com a ideia de ser um “impressor livre” sabendo que quaisquer das alcunhas de então poderiam, de alguma forma, prejudicar seus negócios (GODOI, 2014).¹⁵

Dito isso, *A Mulher do Simplicio* foi uma folha que circulou no Rio de Janeiro entre as décadas de 1830 e 1840, era direcionado ao público feminino e contava com uma seção exclusivamente dedicada às modas. Em 1832, publicou uma crítica aos luxos exacerbados e à maneira como as

brasileiras seguiam estritamente o que as *madames do Ouvidor* produziam, recheando o bolso das modistas francesas e, conseqüentemente, preterindo as modistas nacionais:

Até quando, ó rigoristas,
Há de o Povo Brasileiro,
Mendigar falsos exemplos
Que traz estulto estrangeiro!
Tal moda em França não há
E se há não tem vigor,
São filhas dos interesses
Das Madamas do Ouvidor. (grifo nosso)

[..]

Mas do luxo não resulta,
Proveito à sociedade.
Resulta pelo contrário
A fortuna do estrangeiro,
Que zomba de tais asneiras
Levando o nosso dinheiro.
Aja em vós pura constância
Dobrado patriotismo
Brilhe nos vossos vestidos

A mão do nacionalismo. (MULHER DO SIMPLÍCIO, 1832, ed. 08, p. 05-08)¹⁶

A redatora (ou o redator) terminou o texto pedindo às leitoras que deixassem o luxo e cuidassem da educação de seus filhos, o que seria, em suas palavras, um verdadeiro ato de nacionalismo. Conforme explicitado por Silva (2020) às mulheres no período pós independência e princípios da regência foi legado o papel de mãe como forma de contribuição para a formação da nação brasileira; ainda que a autora demonstre que as mulheres também participaram desses processos políticos de outras maneiras, vide o caso de Maria Quitéria que lutou contra os portugueses na Bahia, Silva reforça que a ideia de maternidade e a reclusão dessas mulheres aos seus lares foi a imagem que predominou na imprensa do período; além de também evidenciar que tratava de mulheres, majoritariamente, brancas e de uma classe social mais elevada.¹⁷

No entanto, o que nos interessa frisar neste artigo é a forma como a/o redatora/redator se referiu às modistas da rua do Ouvidor. Afirmava, de forma indireta, que estas fabulavam sobre as últimas modas fran-

cesas, inventando trajes que não estariam na moda na França, apenas a fim de lucrar em cima de uma “suposta” ingenuidade brasileira. Dessa maneira, a exaltação desses luxos introduzidos pelas modistas na rua do Ouvidor fazia “a fortuna do estrangeiro” que zombando de nós, brasileiros, levavam todo o nosso dinheiro. Assim, percebemos não apenas uma crítica a presença dessas modistas francesas, mas uma depreciação de seus trabalhos e da forma como conduziam a moda.

No *Diário do Rio de Janeiro*, folha que publicou uma série de anúncios ao longo de grande parte do século XIX, encontramos numerosas publicações cujo objetivo era anunciar o trabalho de algumas modistas. Muitas delas destacavam a origem francesa, como uma forma de atrair uma possível clientela; no entanto, ainda que fossem minoria, nos deparamos com publicações que solicitavam, exclusivamente, o trabalho de modistas brasileiras: “há uma encomenda vinda de fora, para se aprontar um vestido qualquer *Sra. modista nacional*, que se queira encarregar dessa obra; queira anunciar-se por esse diário para ser procurada.” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1831, ed. 0900004, p. 03) (grifo nosso)

Ou, ainda, anúncios de modistas brasileiras indicando que trabalhavam por preço diminuto em relação ao postulado pelas modistas francesas:

A costureira e modista brasileira, que morava na rua detrás do Hospício canto da rua da Conceição, mudou-se para a rua do Cano nº189, defronte a travessa do hospital S. Francisco de Paula, loja de fazenda, aonde continua a fazer toda a qualidade de costuras para as Sras. vestidos na última moda, roupinhas, toucas guarnições de vestidos, roupões e tudo mais que lhe incumbir, *tudo por menos que as francesas*. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1831, ed. 1200014, p. 04) (grifos nossos).

Essas publicações se preocuparam em ressaltar ora a preferência por uma *modista nacional*, ora a autoidentificação como *costureira e modista brasileira* que fabricava vestidos mais baratos que as francesas; tais escolhas de palavras remetentes ao nacional nos fez questionar se essas mulheres souberam utilizar estrategicamente de tais nomeações na medida que perceberam uma áurea crítica quanto a presença de estrangeiros nesse período; considerando que anúncios que frisavam a categoria “nacional” e/ou “brasileira” não eram habituais no periódico e que ambos foram publicados em 1831.

Outra possibilidade é que o segundo anúncio estivesse relacionado ao primeiro, ao passo que a primeira anunciante solicitou que quem quisesse encarregar-se da produção do vestido demandado deveria anunciar-se por este mesmo periódico. Ainda que seja esse o caso, a condição posta no primeiro anúncio não deve ser eliminada; além disso, pontuamos que a publicação, de fato, deflagra a preferência por uma *modista nacional*.

De viés majoritariamente informativo, o *Diário do Rio de Janeiro* circulou até meados da década de 1870 na corte. Marendino defende que, ainda que informativo, o jornal pode nos dizer muito sobre a vida cotidiana no Rio de Janeiro (2016). Argumenta ainda que com o passar dos anos a folha foi adquirido um viés político e se colocando claramente do lado dos caramurus¹⁸. Assim, o *Diário* estaria em contraponto aos demais jornais analisados, que eram ligados aos liberais. Poderíamos supor que as publicações em questão teriam sido aprovadas mediante uma quantia financeira que beneficiaria mais o periódico que o jogo político, no entanto, nesse período, os anúncios do *Diário do Rio de Janeiro* não eram cobrados (MARENDINO, 2016). Contudo, sabendo que, apesar de pertencerem a distintos grupos políticos, estes, muitas vezes, concordavam em alguns pontos, demarcamos que os anúncios em questão estavam em conformidade com o alvoroço nacional em voga no período.

Conclusão

O que podemos concluir com as análises acima é que a presença de modistas estrangeiras, mais especificamente francesas, só passou a se mostrar um incômodo na medida que determinados acontecimentos políticos foram se estruturando no país. Dessa forma, percebemos que em meados de 1810 Anne Durocher e sua filha Josephine se consideraram bem recebidas no Brasil, ao passo que, posteriormente, verificamos, a partir da imprensa, censuras a presença de mulheres que, tais como as Durocher, eram imigrantes francesas.

Essas críticas se respaldavam em questões como a exuberância e o excesso de gastos que as modistas francesas impulsionavam nas consumidoras brasileiras afirmando que dessa maneira receberiam todas nossas riquezas e levariam os pais de família à falência, já que era atra-

vés do trabalho de seus maridos ou pais que as mulheres tinham acesso aos bens que eram produzidos pelas modistas.

Outra crítica dizia respeito ao ofício em si. Alguns periódicos afirmavam que a presença dessas mulheres estrangeiras era prejudicial às brasileiras que se dedicavam a esse mesmo trabalho. Considerando que as francesas eram possuidoras de um verdadeiro capital simbólico no que se refere ao campo da moda, a presença delas afetava diretamente modistas de outras nacionalidades, incluindo as brasileiras.

Sabemos que os periódicos defendiam seus posicionamentos com base em suas crenças políticas e também entendemos o poder que as palavras tinham nesse período sendo formadoras de uma opinião pública, afinal “o papel impresso gerava novos ordenamentos, conteúdos e transmissões de palavras que não eram somente impressas, mas que existiam, está claro, faladas ou manuscritas” (MOREL, 2008, n.p.). Dessa forma, encontrando nos jornais um espaço de crítica que se descolava do que era posto pelos governantes. Tais opiniões, abordadas nesse artigo através da imprensa, transformariam as cenas públicas, mas também foram, ao mesmo tempo, transformadas por ela. (MOREL, 2005).

Percebemos além de tudo que os redatores dos respectivos jornais trabalhados, ainda que fossem de grupos políticos distintos (moderados, exaltados ou conservadores), mantinham uma opinião semelhante em relação à presença de estrangeiras no campo da moda. Demonstrando, como já foi muito exposto na historiografia, que por mais que tratassem de grupos diferentes e com projetos políticos destoantes, viviam no mesmo contexto e compartilhavam algumas conformidades.

Procuramos mostrar com esse artigo que vários domínios da sociedade eram influenciados pelos acontecimentos políticos do período, não restringindo exclusivamente a campos diretamente ligados ao espaço político e público. Dessa forma, as mulheres francesas, ainda que delimitadas ao exercício de suas funções, eram acometidas pelos ares de exaltação da nacionalidade brasileira que rondavam a corte aos finais dos anos 1820 e começo de 1830. Assim, ser francesa no Brasil na condição de mulher imigrante, principalmente quando inserida no universo do trabalho no campo da moda, teve a sua configuração modificada com o passar dos anos.

NOTAS

¹ Ainda que não pudéssemos falar em Brasil e, consequentemente, brasileiro, optamos por fazer uso do termo numa tentativa de que melhor ficasse compreendido o destino desses franceses.

² Contudo não devemos nos esquecer do forte antilusitanismo que existe no Brasil à época; assim, ainda que os portugueses não fossem, de fato, imigrantes no Brasil da década de 1810, não eram exatamente bem acolhidos. Para saber mais sobre os conflitos entre brasileiros e portugueses ver os textos clássicos e citados ao longo desse artigo de Lúcia Neves e Gladys Ribeiro.

³ Sobre a discussão entre “brasileiros” e “portugueses” ver mais em: RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

⁴ Os pontos marcados na figura não têm referência especial ao nosso trabalho e estão presentes no mapa disponibilizado no canal *imagineorio*.

⁵ Aqui colocamos femininas entre aspas porque o que é definido como uma indumentária “feminina” ou “masculina” assim o é definido socialmente; então as roupas são socialmente falando femininas ou masculinas. Essas questões podem variar de acordo com o tempo e espaço, por exemplo, no período estudado as calças eram uma peça de roupa “masculina”, contudo, na contemporaneidade, elas são tanto “femininas” quanto “masculinas”.

⁶ Aqui não se trata de uma política de embranquecimento tal como a propaganda em anos finais do Império, mas um incentivo geral à chegada de imigrantes brancos.

⁷ É preciso frisarmos aqui que a polícia àquela época tinha uma função de controle e organização distinta da que exerce atualmente. Nesse sentido, a polícia era responsável por controlar quem entrava e saía do país e por isso vemos muitas estrangeiras registradas nessa documentação, em razão do fluxo de idas e vindas entre seus países de origem e o Brasil, ou mesmo quando entravam em terras brasileiras e não saíam mais, também tinham suas chegadas registradas. Para saber mais: GONÇALVES, Leidiane de Castro. *A Guarda Real de Polícia da Corte: instituição e policiamento no Rio de Janeiro joanino (1808-1821)*. 2018. 92 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2018.

⁸ Sabemos que “a produção de linho ligava-se diretamente ao mercado colonial no século XVIII. Os tecidos de linho eram remetidos para o Brasil através do Porto, de Viana ou da Figueira, representando 20 a 30% da exportação dos produtos manufaturados portugueses para o Brasil, entre 1976 e 1807.” (ALEXANDRE, apud, RIBEIRO, 1997, p. 71).

⁹ O autor se refere à vinda dos artistas bonapartistas franceses para o Brasil em princípios do ano de 1816. Para saber mais sobre a Missão Artística Francesa ver em: TAUNAY, Afonso E. *A missão artística de 1816*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

¹⁰ Para saber mais sobre Pierre Plancher ver: MOREL, Marco. *Revoluciones y libros: el comercio político de la cultura en el imperio de Brasil*. *Istor Revista de Historia Internacional*, Cidade do México, v. 9, 2002. p. 8- 29.

¹¹ Ganham ainda mais espaço a partir de 1828 quando todos os produtos estrangeiros passam a pagar apenas 15% de imposto ao governo brasileiro. (MOREL, 2003).

¹² “Em uma leitura política de uma ampla gama de fenômenos é necessário prestar atenção à dimensão política inevitável da vida social” (tradução nossa).

¹³ Lembramos ainda que esse sentimento xenofóbico não era restrito às francesas, remetendo-se aos estrangeiros no geral. Contudo, neste trabalho, destacamos a relação entre esse sentido e as francesas que trabalhavam na produção de indumentárias e adornos.

¹⁴ Lembramos ainda que muitas vezes a profissão das modistas foi relacionada a prostituição. Em alguns textos do período é possível verificar a maneira como essa ideia era apresentada; contudo, esse é assunto para um próximo trabalho. Ver mais em: NETO, Renato Drummond Tapioca. *Entre Marias e Madalenas: a construção dos estereótipos femininos no Brasil oitocentista*. *Anpuh – BA*, Salvador, 2018.

¹⁵ Paula Brito foi um importante tipógrafo e editor do período, em sua tipografia Dous de Dezembro aconteceram uma série de reuniões com respeitáveis figuras da época, como o escritor Machado de Assis. Para saber mais sobre Paula Brito ver: GODOI, Rodrigo Camargo. **Um editor no império**: Francisco de Paula Brito (1809-1861). Tese defendida no programa de pós graduação em história da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2014.

¹⁶ Esse poema publicado no periódico *A Mulher*

do *Simplicio* foi explorado no artigo: SILVA, Camila Borges. Indumentária no Brasil do pós-independência: o papel da “mulher patriótica” segundo os jornais do Primeiro Reinado e início da Regência. *Revista Dobras*, vl. 14, n. 29, mai-ago, 2020, pp. 25-45.

¹⁷ É fundamental pontuarmos que as imigrantes por serem trabalhadoras e, por vezes, proprietárias dos estabelecimentos de moda fugiam desse estereótipo de feminilidade branca, por mais que corroborassem com ele através de algumas das peças que produziam. Assim, essas mulheres, ocasionalmente, não se casavam ou não possuíam filhos, ao menos no período que permaneciam em terras brasileiras; conforme pudemos averiguar nos registros de entrada e saída. A própria Anne Durocher, à título de exemplo, era mãe solteira.

¹⁸ Para saber mais sobre o *Diário do Rio de Janeiro* ver em: MARENDINO, Laiz Perrut. *O Diário do Rio de Janeiro e a imprensa brasileira do início do oitocentos (1808-1837)*. Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2016.

FONTES

Aurora Fluminense, 1829, ed. 176, p. 4.

Aurora Fluminense, 1829, ed. 248.

COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL IMPERIAL DE 12 DE AGOSTO DE 1816. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18330/colecao_leis_1816_parte1.pdf?sequence=1. Acessado 05/07/2021.

COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL IMPERIAL DE 02 DE MARÇO DE 1821. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html. Acessado 07/07/2021.

COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL IMPERIAL DE 15 DE NOVEMBRO DE 2021. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37687-15-novembro-1831-564851-publicacaooriginal-88758-pl.html. Acessado em 25/06/2021.

Expedição do Ministério da Fazenda. **Correio Oficial: In Medio Posita Virtus**, 1834, ed. 155, p. 02.

Diário do Rio de Janeiro, 1821, ed. 0700018, p. 05.

Diário do Rio de Janeiro, 1824, ed. 1100015, p. 03.

Diário do Rio de Janeiro, 1831, ed. 0900004, p. 03.

Diário do Rio de Janeiro, 1831, ed. 1200014, p. 04.

DUROCHER, Josephine. **Anais Brasileiro de**

Medicina, Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1871, ed. 09, p. 07-10.

Espelho Diamantino, 1828, ed. 09, p. 11.

Espelho Diamantino, 1827, ed. 6, p. 16.

Espelho Diamantino, 1827, ed. 03, p. 14.

Fundo de Polícia da Corte. **A.N.R.J.** Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=franceses&v_fundo_colecao=1667. Acessado 25/06/2021.

Gazeta do Rio de Janeiro, 1817, ed. 6, p. 16.

Gazeta do Rio de Janeiro, 1817, ed.11, p. 04.

Gazeta do Rio de Janeiro, 1819, ed.20, p. 04.

Gazeta do Rio de Janeiro, 1820, ed. 105, p. 4.

Jornal do Comércio, 1836, ed. 150, p. 04.

Jornal do Comércio, 1836, ed.151, p. 04.

Jornal do Comércio, 1836, ed.182, p. 06.

Mulher do Símplicio, 1832, ed. 08, p. 05-08.

Negociantes Franceses, **Almanaque da cidade do Rio de Janeiro**, 1817.

Simplicio da Roça, 1832, ed. 15, p. 03.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX**, dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2017.

GODOI, Rodrigo Camargo. **Um editor no império**: Francisco de Paula Brito (1809-1861). Tese defendida no programa de pós graduação em história da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2014.

CALANCA, Daniela. **História social da moda**. Trad. Renata Ambrósio. 2 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

CHATAIGNIER, Gilda. **História da moda no Brasil**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

KLEIN, Herbert. Migrações Internacionais na História da América. In: FAUSTO, Boris (Org.).

Fazer a América. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 13 – 31.

MARENDINO, Laiz Perrut. **O Diário do Rio de Janeiro e a imprensa brasileira do início do oitocentos (1808-1837)**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2016.

MOREL, Marco. *Revoluciones y libros: el comercio político de la cultura en el imperio de Brasil*. **Istor Revista de Historia Internacional**, Cida-

de do México, v. 9, 2002 . p. 8- 29.

_____. **O Período das Regências (1831-1840).** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.

_____. Os primeiros passos da palavra impressa. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **As transformações dos espaços públicos:** imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais:** a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003.

PUJOL, Xavier Gil. "Notas sobre el estudio del poder como nueva valoración de la historia política". **Tiempo de política. Perspectivas historiográficas sobre la Europa moderna.** Barcelona: Publicacions Edicions de le Universitat de Barcelona, 2006, p. 73-112.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **A cidade e a moda:** novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção.** Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Tese apresentada ao Programa de Pós graduação da Unicamp, Campinas, 1997.

SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? In: SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Edusp, 1998, p. 45 – 73.

SILVA, Camila Borges. Indumentária no Brasil do pós-independência: o papel da "mulher patriótica" segundo os jornais do Primeiro Reinado e início da Regência. **Revista Dobras**, vl. 14, n. 29, mai-ago, 2020, pp. 25-45.

SILVA, Janaína de Carvalho. A Aurora Fluminense e o combate ao despotismo (1827-1831). **Dia-Logos**, Rio de Janeiro/RJ, n.6, outubro de 2012.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808- 1821).** 2.ed. São Paulo: Nacional, 1978. (Brasiliana, v. 363).

SOUSA, Otávio Tarquínio. **História dos fundadores do Império do Brasil.** VI. IV Evaristo Ferreira da Veiga. Brasília: Ed. do Senado Federal, 2015.

TAUNAY, Afonso E. **A missão artística de 1816.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.